

**Matrículas da Educação Especial na Educação Profissional Técnica de Nível Médio no
Estado do Amapá (2015-2018)**

**Enrollments for Special Education in Technical Vocational Education at Medium Level
in the State of Amapá (2015-2018)**

**Matrículas para Educación Especial en Educación Técnica Profesional a Nivel Medio en
el Estado de Amapá (2015-2018)**

Recebido: 24/05/2020 | Revisado: 31/05/2020 | Aceito: 02/06/2020 | Publicado: 16/06/2020

Ana Claudia Figueiredo Martins Penha

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8695-5590>

Instituto Federal do Amapá, Brasil

E-mail: claudiapedag777@gmail.com

Amanda Alves Fecury

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5128-8903>

Universidade Federal do Amapá, Brasil

E-mail: amanda@unifap.br

Rosana Moraes Pascoal

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1321-0045>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: rosanamorpasc@gmail.com

Carla Viana Dendasck

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2952-4337>

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

E-mail: prof.cp@hmail.com

Maria Helena Mendonça de Araújo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7742-144X>

Universidade Federal do Amapá, Brasil

E-mail: ma.helenam@gmail.com

Keulle Oliveira da Souza

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3127-0380>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: profakeulle@gmail.com

Iracely Rodrigues da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2878-9536>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: iracely@ufpa.com

Elisângela Cláudia de Medeiros Moreira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1450-0829>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: claudia.moreira@bol.com.br

Jones Souza Moraes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9328-5591>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: jhones244@hotmail.com

Euzébio de Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8059-5902>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: euzebio21@yahoo.com.br

Cláudio Alberto Gellis de Mattos Dias

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0840-6307>

Instituto Federal do Amapá, Brasil

E-mail: claudio.gellis@ifap.edu

Resumo

De acordo com as notas estatísticas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o número de matrículas de alunos da Educação Especial teve um aumento em 2018 de 33,2% em relação ao ano de 2014, no Brasil. Este artigo, objetivou verificar o índice de matrículas da Educação Especial (alunos de escolas especiais, classes especiais e incluídos) na Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Estado do Amapá-Brasil (2015-2018). Metodologicamente, realizou-se levantamento de dados no site do Inep e pesquisa bibliográfica, com abordagem que envolve métodos mistos. Nos resultados, constatou-se um aumento de matrículas nos cursos integrados na rede federal, enquanto que nos cursos concomitantes e subsequentes a taxa de elevação aconteceu na rede estadual. Já na Educação de Jovens e Adultos (EJA), por sua vez, só houve registro de matrículas na rede federal presencial. Conclui-se que as escolas precisam estar preparadas para atender ao público da educação especial, para que possam garantir uma educação inclusiva de qualidade. Para isso, são necessários maiores investimentos públicos na educação do norte do país. Além de

comprometimento nacional e estadual, no desenvolvimento de pesquisas que possam mapear a temática da educação especial em sua relação com os níveis, etapas e outras modalidades de ensino (como a EJA), respeitando-se as diferenças socioeconômicas e culturais das regiões brasileiras, bem como as suas possíveis potencialidades e fragilidades educacionais.

Palavras-chave: Matrícula; Educação especial e inclusiva; Educação profissional.

Abstract

According to the statistical notes of the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (Inep), the number of enrollments for Special Education students increased in 2018 by 33.2% compared to 2014 in Brazil. This article aimed to verify the enrollment rate of Special Education (students from special schools, special classes and included) in Technical Education for Secondary Education in the State of Amapá- Brazil (2015-2018). Methodologically, data were collected on the Inep website and bibliographic research, with an approach that involves mixed methods. In the results, there was an increase in enrollment in the courses integrated in the federal network, while in the concomitant and subsequent courses the rate of increase occurred in the state network. On the other hand, in Youth and Adult Education (EJA), in turn, there was only registration of enrollments in the face-to-face federal network. It is concluded that schools need to be prepared to serve the public of special education, so that they can guarantee an inclusive quality education. For this, greater public investments in education in the north of the country are needed. In addition to national and state commitment, in the development of research that can map the theme of special education in its relation to levels, stages and other teaching modalities (such as EJA), respecting the socioeconomic and cultural differences of the Brazilian regions, as well as its possible educational strengths and weaknesses.

Keywords: Registration; Special and inclusive Education; Professional education.

Resumen

Según las notas estadísticas del Instituto Nacional de Estudios e Investigación Educativa Anísio Teixeira (Inep), el número de inscripciones para estudiantes de Educación Especial aumentó en 2018 en un 33,2% en comparación con 2014 en Brasil. Este artículo tuvo como objetivo verificar la tasa de matriculación de Educación Especial (estudiantes de escuelas especiales, clases especiales e incluidas) en Educación Técnica para Educación Secundaria en el Estado de Amapá- Brasil (2015-2018). Metodológicamente, los datos se recopilaban en el sitio web de Inep y en la investigación bibliográfica, con un enfoque que involucra métodos mixtos. En los

resultados, hubo un aumento en la inscripción en cursos integrados en la red federal, mientras que en los cursos concomitantes y posteriores, la tasa de aumento se produjo en la red estatal. Por otro lado, en Educación para Jóvenes y Adultos (EJA), a su vez, solo hubo registro de inscripciones en la red federal presencial. Se concluye que las escuelas deben estar preparadas para servir al público en educación especial, de modo que puedan garantizar una educación inclusiva y de calidad. Para esto, se necesitan mayores inversiones públicas en educación en el norte del país. Además del compromiso nacional y estatal, en el desarrollo de investigaciones que puedan mapear el tema de la educación especial en su relación con los niveles, etapas y otras modalidades de enseñanza (como EJA), respetando las diferencias socioeconómicas y culturales de las regiones brasileñas, así como sus posibles fortalezas y debilidades educativas.

Palabras-clave: Matrícula; Educación especial e inclusiva; Educación profesional

1. Introdução

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) e o Decreto nº 7.611/2011 definem Educação Especial como a modalidade de Educação escolar transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de educação e ensino. A oferta da Educação Especial ocorre preferencialmente na rede regular de ensino para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 1996).

A Lei 13.146 de julho de 2015, reconhecida como (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), considera pessoa com Deficiência (PcD)¹, aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015)

Com base nas notas estatísticas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no Brasil, o número de matrículas de alunos da Educação Especial teve um aumento em 2018 de 33,2% em relação ao ano de 2014 (Brasil, 2019). Ainda segundo o Inep, este aumento está relacionado ao crescimento de matrículas no Ensino Médio, durante o período analisado.

O Decreto 7.611/2011 que dispõe sobre a Educação Especial, afirma que o Atendimento Educacional Especializado, garante condições para que as pessoas com deficiência possam ter continuidade e acesso a todos os níveis, etapas e modalidades de educação (Brasil, 2011). Desse

¹ Termo utilizado em conformidade com as mudanças interpretativas internacionais e nacionais.

modo, aos alunos da Educação Especial está assegurado além de outras modalidades, a inclusão na educação profissional técnica de nível médio ofertada nas seguintes formas: articulada, junto com o ensino médio ou subsequente, a quem já tenha concluído o ensino médio (Brasil, 1996).

O Atendimento Educacional Especializado deve ocorrer de forma complementar ou suplementar ao ensino regular sendo, portanto, um suporte para alunos incluídos nas turmas regulares (Arruda & Dikson, 2018). A inclusão de alunos especiais em salas regulares pode propiciar a quebra de ações discriminatórias, bem como garantir um relacionamento e desenvolvimento de todos os alunos em diversos aspectos (Mantoan, 2003).

O Instituto Federal do Amapá (IFAP), baseado no respeito às políticas inclusivas, busca operacionalizar ações que sejam capazes de proporcionar tanto o acesso, como a permanência de pessoas em algum tipo de desvantagem social. Além disso, o Plano Estadual de Educação do Amapá (2015-2025) baseado nas estratégias da Meta 8 (Matrículas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio), busca ampliar oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, bem como garantir equipe multiprofissional às Instituições de Educação Profissional; em parceria com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Nesse sentido, sob a égide da Educação Inclusiva, surgiu a seguinte questão em relação ao Estado do Amapá: qual o índice de matrícula do público da Educação especial de alunos na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, correspondente ao período de 2014 à 2018?

Nos Institutos Federais de Educação, o atendimento ao público da Educação Especial (Franquins et al., 2016) pode ser considerado uma preocupação recente, que ocorreu devido a chegada das pessoas com deficiência a essas instituições. No âmbito da Rede Federal, a autora cita a criação do Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (Tecnep) em 2000, posteriormente reformulado em 2010, passando a ser chamado de Ação Tecnep, com o objetivo de garantir profissionalização para pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEEs)² (Mendes, 2017).

Com base nesses aspectos, o presente artigo pretende verificar o índice de matrículas da Educação Especial (alunos de escolas especiais, classes especiais e incluídos) na Educação Profissional Técnica de Nível Médio³ no Estado do Amapá (2015-2018).

² De acordo com a Resolução nº 02 do CNE/CEB de 2001 – (NEEs), na lógica da Educação Inclusiva é um termo mais abrangente, englobando mais pessoas ao público-alvo da Educação Especial, que apresentem limitações no processo de desenvolvimento.

2. Metodologia

Este artigo é resultado das discussões e pesquisas ocorridas durante uma disciplina do curso de mestrado do Instituto Federal do Amapá, ofertada no segundo semestre do ano de 2019, que posteriormente foram ampliadas e aprofundadas, até assumirem o delineamento atual. Dentre tantas questões levantadas no decorrer do curso, priorizou-se informações sobre o cenário educacional, especificamente do Estado do Amapá. O recorte temporal (2015-2018) foi escolhido como estratégia para analisar os índices da Educação Especial, em um estado do extremo norte do país, correlacionados à Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Para Pereira et al. (2018, p.23) “o trabalho científico deve seguir a ótica da ciência, a fim de investigarmos um tema importante da nossa pesquisa”. Em conformidade com Marconi e Lakatos (2003), a reunião dos passos sistemáticos, baseados na racionalidade, que garantem além de outros aspectos, economia e segurança, para que se possa que atingir determinado objetivo científico, chama-se método. Desse modo, o método científico dá suporte aos pesquisadores para tomadas de decisões no decorrer de uma pesquisa.

Neste artigo, optou-se por abordagens que envolvem métodos mistos. Segundo (Creswell, 2007) nos *métodos mistos*, o cientista pode empregar tanto informações numéricas, como informações encontradas em textos, de modo que no desfecho de determinada pesquisa, encontram-se no banco de dados tanto, informações quantitativas, como qualitativas, dispostas à fundamentarem a discussão.

A pesquisa bibliográfica (Gil, 2008), enfatizou buscas sobre educação Profissional Técnica de Nível Médio e Educação Especial e Inclusiva, no Brasil e no Amapá, para que se pudesse realizar breves reflexões sobre o cenário nacional e estadual. As buscas foram realizadas Google Acadêmico e Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), dos quais foram priorizadas as publicações mais recentes, dos últimos cinco anos. Também utilizou-se a técnica de documentos, que se configura através de buscas em informações estatísticas, arquivos, dentre outros que contenham informações sobre um tema em questão (Gil, 2008; Pereira et., 2018)

Detalhadamente, ao abrir a página do INEP, clicou-se em “consultar matrícula”. Em seguida, acessou-se o ícone “Consultar Matrícula – A partir de 2015”. Na nova página clicou-se na aba “Consolidado por UF e Município”. Na sequência, na página aberta, selecionou-se o período de 2015 à 2018, de forma individual. Na caixa “UF” selecionou-se “Amapá”; na caixa “Município” e “Dependência Administrativa” selecionou-se “Todos os valores da coluna”; e na caixa “Etapa de ensino” clicou-se em “Técnica de Nível Médio”. Após a realização dessas

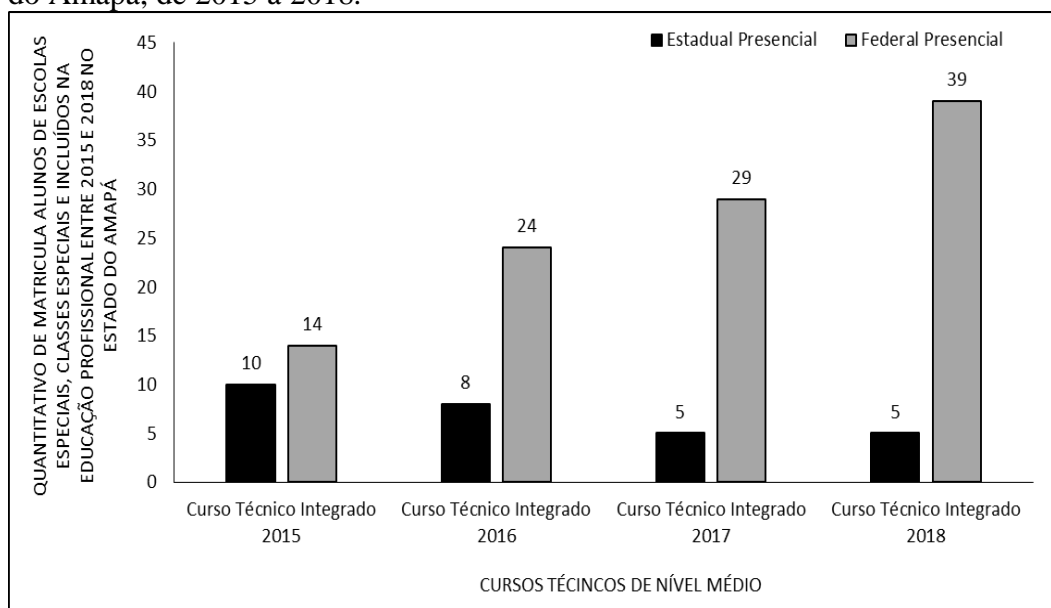
etapas, os dados foram retirados e compilados em planilhas do programa *Calc*, pertencente ao pacote *Libre Office*.

3. Resultados e Discussão

Após os levantamentos de dados mencionados anteriormente nos aspectos metodológicos, eles foram sistematizados e organizados por meio da construção de figuras e tabelas, as quais serão primeiramente apresentadas e posteriormente discutidas.

A Figura 1, mostra o quantitativo de matrículas da Educação Especial (alunos de escolas especiais, classes especiais e incluídos) na Educação Técnica de Nível Médio em cursos técnicos integrados do Estado do Amapá, de 2015 à 2018. Observou-se que nas instituições da Rede Estadual presencial houve uma queda no período. Já nas instituições federais presenciais ocorreu um aumento no número de matrículas.

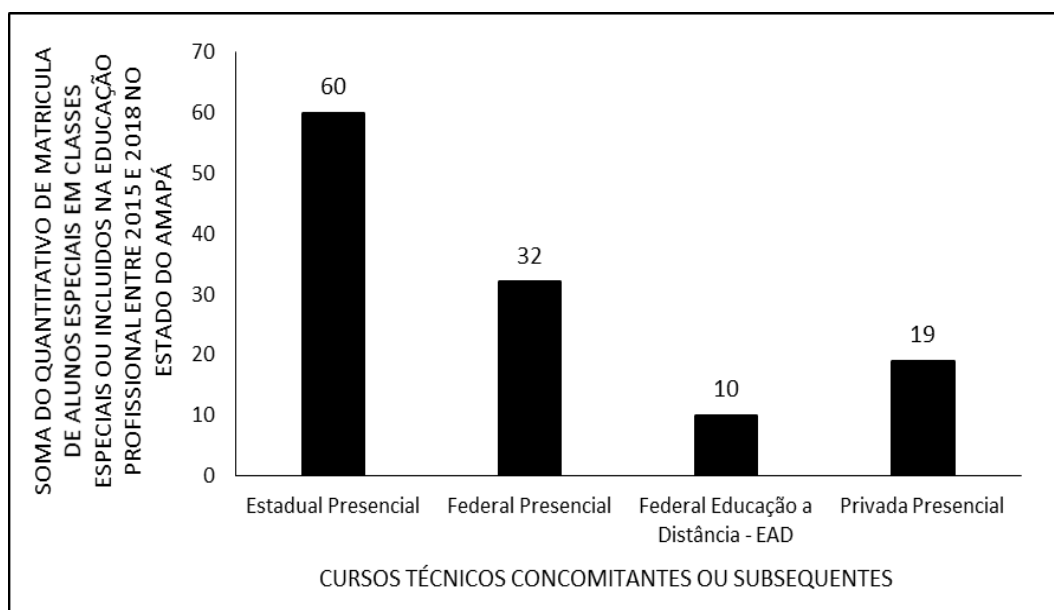
Figura 1: Quantitativo de matrículas de alunos de escolas especiais, classes especiais e incluídos em cursos técnicos integrados, na educação técnica de nível médio do estado do Amapá, de 2015 à 2018.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa

Quando observada a soma do quantitativo de matrículas de alunos de escolas especiais, classes especiais e incluídos em cursos técnicos concomitantes ou subsequentes, na educação técnica do estado do Amapá, entre 2015 e 2018, verificou-se que o índice de matrículas nos cursos técnicos concomitantes ou subsequentes, é maior na Rede Estadual presencial.

Figura 2: Quantitativo de matrículas de alunos de escolas especiais, classes especiais e incluídos em cursos técnicos concomitantes ou subsequentes, na Educação Técnica de Nível Médio do estado do Amapá, entre 2015 e 2018.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa

Em relação ao quantitativo de matrículas de alunos de escolas especiais, classes especiais e incluídos em cursos técnicos integrados na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), constatou-se que para o período de 2015 à 2018, só existem dados de matrícula na Rede Federal presencial. As demais dependências administrativas não possuem informações de matrículas de alunos especiais na modalidade Técnico Integrado na EJA, isto revela a necessidade de mapeamento da relação entre modalidades, correlacionando-as às etapas de ensino, e até mesmo identificando a relação de matrículas modalidade-modalidade, exemplo: EJA e Educação Especial.

Tabela 1: Quantitativo de matrículas da Educação Especial em cursos técnicos integrados na modalidade Educação de Jovens e Adultos - EJA, na educação técnica de nível médio do estado do Amapá, entre 2015 e 2018.

| | Curso Técnico Integrado na Modalidade EJA - Nível Médio | | | |
|---|---|-----------|-----------|-----------|
| | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
| Estadual Presencial | sem dados | sem dados | sem dados | sem dados |
| Federal Presencial | 1 | 2 | sem dados | 2 |
| Federal Educação a Distância - EAD | sem dados | sem dados | sem dados | sem dados |
| Privada Presencial | sem dados | sem dados | sem dados | sem dados |

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa.

O que se pode apresentar, segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica (2018), é o cenário nacional e regional, em que no Ensino Médio, a EJA (no viés profissionalizante) registrou uma queda de 11,67% no número de matrículas, no ano de 2016. Onde a região Norte correspondeu à 2,36% do total das matrículas no Ensino Médio Integrado à Educação profissional (Brasil, 2018).

Na seção 5 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), ficam estabelecidos os critérios descritos na Educação de Jovens e Adultos (EJA), que devem uni-la à educação profissionalizante (Oliveira, Alves & Alves, 2019). Porém, a Tabela 1 mostra que na (EJA), o número de matrículas da Educação Especial é pequeno (Tabela 1). Para que esses alunos alcancem a educação profissional técnica ou nível superior é preciso que tenham acesso à educação básica, algo que muitas vezes não ocorre. Além disso, ainda é bastante expressivo o índice de pessoas com deficiência no Brasil que não concluíram o ensino fundamental, bem como aqueles que não possuem escolaridade e são analfabetos. Este fato exclui os alunos com algum tipo de deficiência de outras modalidades (Manica & Caliman, 2015).

O Ensino Médio Integrado, agrega disciplinas da formação profissional e da Base Comum (linguagens, matemática, ciências humanas e ciências da natureza). Desse modo, um dos fatores relacionados ao aumento do número de matrículas na Rede Federal, na modalidade curso técnico integrado presencial (Figura 1) é o reconhecimento da qualidade de ensino atribuída às instituições federais que, ao longo de mais de um século, se tornaram um local privilegiado e almejado por estudantes que alcançam bons resultados em processos seletivos e no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) (Mendes, 2017).

O Censo Escolar de 2018 revela que os percentuais nacionais sobre recursos infraestruturais disponíveis nas escolas de Ensino Médio, foram maiores na rede federal do que nas redes estaduais. Na rede federal, o percentual de instituições com banheiro PNE foi 93,9 %, enquanto que os percentuais estaduais corresponderam a apenas 59,1%. As Dependências PNE foram identificadas em 79,5 % das instituições federais, nos estados o percentual foi de 43,4% (Inep, 2018).

A Lei 11.892/2008 (criação da Rede Federal e dos Institutos Federais de Educação) estabelece no artigo 8º que os Institutos Federais deverão garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) das vagas para os cursos integrados, o restante é dividido nas demais modalidades. Esta obrigatoriedade é outro fator que tem correspondência com o aumento do número de matrículas nos cursos técnicos integrados na Rede Federal presencial (Brasil, 2008).

Além disso, a criação do Programa Tecnep, que teve como objetivo garantir profissionalização para pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, também pode ter

contribuído para o aumento das matrículas nos cursos técnicos integrados na Rede Federal no Amapá. Os Institutos Federais contam com um atendimento especializado para este público, por meio dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs) (Mendes, 2017).

Por outro lado, os cursos técnicos concomitante ou subsequente apresentam maior número de matrículas na Rede Estadual no período de 2015 à 2018. Este dado, também é reflexo da política de expansão da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Rede Estadual, conforme previsto no Plano Estadual de Educação do Estado do Amapá (2015-2015), que tem como uma de suas estratégias a expansão da oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio para as pessoas com deficiência, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação (Macapá, 2015).

Em 2017, o Amapá aderiu ao Programa Mediotec, uma ação do governo federal, destinado a oferta de vagas para educação profissional no Ensino Médio (Santos, 2018). Neste mesmo ano, foi lançado o edital número 004/2017 do Processo Seletivo Simplificado (PSS/Aluno/Mediotec/Pronatec/Seed-Ap) visando a seleção de alunos para preenchimento de 2.335 vagas em cursos técnicos concomitantes e de Educação a Distância (EaD), sendo 1.245 para cursos presenciais ofertados pela Secretaria de Estado da Educação do Amapá e as demais distribuídas para a rede privada e o Instituto Federal do Amapá (Macapá, 2017).

Em 2018, também foi lançado o Edital número 003/2018 Processo Seletivo Simplificado (PSS/Aluno/Mediotec/Pronatec/Seed-Ap), que ofertou 1.810 vagas nos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na forma concomitante, em 12 (doze) municípios (escolas estaduais e Centros Profissionalizantes do Estado), das quais 10% (dez por cento) das vagas foram destinadas às pessoas com deficiência e pessoas em medidas protetivas e socioeducativas (Macapá, 2018).

Os programas descritos acima mostram alguns caminhos traçados no Estado do Amapá referente à oferta da Educação Especial em Institutos, Escolas e Centros profissionalizantes. Inclusive, verificou-se que a respeito dos cursos técnicos concomitante ou subsequente, um relativo aumento para o período analisado neste artigo. Em certa medida, isto significa consonância às leis nacionais e às próprias diretrizes estaduais. Porém, quando se analisa o quantitativo em relação às modalidades, os dados mostram fragilidades. Isto demonstra o cuidado com informações puramente generalizadoras.

4. Considerações Finais

No Estado do Amapá, na rede estadual identificou-se uma queda nas matrículas de pessoas com necessidades educacionais especiais, no período de 2015 à 2018. Enquanto na rede federal identificou-se um crescimento. Na EJA, identificou-se uma quantidade irrisória de matrículas na rede federal. Na rede estadual, por falta de dados não foi possível demonstrar o quantitativo.

Desse modo, percebe-se no âmbito das políticas públicas que existem diversas determinações legais asseguradoras do acesso à educação para as pessoas com deficiência ou necessidades educacionais especiais, inclusive vários programas foram citados acima, tanto à nível estadual, como no federal, o que demonstra um esforço para o cumprimento das metas do Plano Estadual de Educação (2015-2025).

No entanto, é necessário que haja efetivação e continuidade dessas políticas, que viabilizem a inclusão, permanência e saída com êxito das pessoas com necessidades educacionais especiais do contexto escolar. Para que as pessoas com deficiência ou altas habilidades no Amapá, tenham acesso aos níveis mais elevados de ensino, é preciso certificar sua entrada no mundo escolar desde a educação infantil. Além disso, garantir acessibilidade arquitetônica, curricular, formação continuada de professores e eliminação de barreiras físicas e atitudinais são fatores que convergem para o desenvolvimento da Educação Especial, na Educação Profissional Técnica de Médio.

Na educação Técnica de Nível Médio é preciso garantir formação humana integral. Não basta, apenas formar para o trabalho sem pensar em uma formação que viabilize o desenvolvimento de aspectos sociais, culturais, cognitivos e afetivos, os quais são indispensáveis para formação integral dos sujeitos.

Além disso, as escolas precisam estar preparadas para atender ao público da educação especial, para que possam garantir uma educação inclusiva de qualidade. Para isso, são necessários maiores investimentos públicos para a educação do norte do país. Além de comprometimento nacional e estadual, no desenvolvimento de pesquisas que possam mapear a temática da Educação Especial em sua relação com os níveis, etapas e outras modalidades de ensino (como a EJA), respeitando-se as diferenças socioeconômicas e culturais das regiões brasileiras, bem como as suas possíveis potencialidades e fragilidades educacionais.

Estudos futuros acerca da temática discutida neste artigo devem ser fomentadas, porque através da pesquisa e exposição de dados é possível inclusive incrementar materiais didáticos específicos para suprir esta deficiência. Os números e o levantamento de questões também

podem servir como mola impulsadora de melhorias das políticas já existentes, bem como podem contribuir para o entendimento da realidade regional do Estado do Amapá e do Brasil, em relação aos dados quantitativos e também qualitativos, que carecem de maior investigação.

Referências

Arruda, G. A., & Dikson, D. (2018). Educação inclusiva, legislação e implementação. *Reflexão e Ação*, 26(2), 214-227.

Brasil. (1996). *Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional*. Brasília DF: MEC Acessado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

Brasil, (2015). *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa 132 com Deficiência). Acessado em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm#:~:text=Art.,sua%20inclus%C3%A3o%20social%20e%20cidadania.

Brasil. (2008). *Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*. Brasília DF: Presidência da República.

Brasil. (2011). *Dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências*. Brasília DF: Casa Civil.

Brasil. (2019). *Censo Escolar: notas estatísticas 2018*. INEP. Retrieved 01 out. 2019 from http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_censo_escolar_2018.pdf.

Creswell, J. W.(2007). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed.

Franquins, N. C. G., Coutinho, J. S. N., Fecury, A. A., Oliveira, E. d., Utzig, I. L. d. A., Sales, V. H. G., Costa, R. S. d., & Dias, C. A. G. d. M. (2016). Causes of Dropout in the Education for Young People and Adults at the Public School Castro Alves (Macapá, AP, Brazil). *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, 9, 965-979.

Gil, A.C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas

Macapá. (2015). *Plano Estadual de Educação - PEE, para o decênio 2015 -2025*. Macapá AP: Assembleia Legislativa do Estado do Amapá.

Macapá. (2017). *Processo Seletivo Simplificado/Aluno/Mediotec/Pronatec/Seed-Ap*. Macapá AP: Secretaria de Estado da Educação.

Macapá. (2018). *Processo Seletivo Simplificado/Aluno/Mediotec/Pronatec/Seed-Ap*. Macapá AP: Secretaria de Estado da Educação.

Manica, L. E., & Caliman, G. (2015). *A Educação Profissional para Pessoas com Deficiência: Um novo jeito de ser docente*. Liber Livro.

Mantoan, M. T. E. (2003). *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* Moderna.

Mendes, K. A. M. O. (2017). *Educação Especial Inclusiva Nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Brasileiros* Universidade Federal de Goiás]. Goiânia GO.

Marconi, M. A.; Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica* (5ª ed.). São Paulo: Atlas.

Oliveira, R. R., Alves, E. A., & Alves, F. R. V.(2019). Engenharia didática sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego na Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional. *Research, Society and Development*, (9), 1, 1-22.

Pereira, A. S., Shitsuka, D. M., Parreira, F. J., & Shitsuka, R. (2018). *Metodologia da Pesquisa Científica*. [e-book]. Santa Maria. Ed. UAB/NTE/UFMS.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Ana Claudia Figueiredo Martins Penha -20%

Amanda Alves Fecury - 10%

Rosana Moraes Pascoal -10%

Carla Viana Dendasck -10%

Maria Helena Mendonça de Araújo –0.5 %

Keulle Oliveira da Souza - 10%

Iracely Rodrigues da Silva – 0.5%

Elisângela Cláudia de Medeiros Moreira –0.5 %

Jones Souza Moraes – 0.5%

Euzébio de Oliveira - 10%

Cláudio Alberto Gellis de Mattos Dias -20%